



[Artigos Inéditos]

## **Ditadura militar, as greves metalúrgicas de 1979 em Belo Horizonte e Contagem e a fotografia de Mana Coelho**

*Military dictatorship, the 1979 metallurgical strikes in Belo Horizonte and Contagem, and Mana Coelho's photography*

**Tayara Lemos<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil. E-mail: tayara.lemos@ufjf.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6434-5276>.

**Otávio Lopes de Souza<sup>2</sup>**

<sup>2</sup>Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: lopesdesouzaotavio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7540-4304>.

**Manoela Bicalho Martins de Carvalho<sup>3</sup>**

<sup>3</sup>Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: manubmc13@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1541-0459>.

Artigo recebido em 02/07/2024 e aceito em 03/11/2024.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



### Resumo

Nas efemérides dos 60 anos do golpe militar brasileiro, este artigo tem como objetivo investigar duas greves metalúrgicas que ocorreram em maio e setembro de 1979: a primeira na Mannesmann e a segunda em várias empresas da Cidade Industrial de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais. Utilizar-se-á, para tanto, de fontes orais (História Oral), documentais e bibliográficas. Dentre as fontes documentais, está a fotografia de Mana Coelho, que registrou ambas as greves para o *Jornal dos Bairros*. A análise dessas fontes, quando complementada com as narrativas dos sujeitos históricos entrevistados, permitirá reconstruir o contexto de agitação sindical e resistência das trabalhadoras e dos trabalhadores metalúrgicos por direitos sociais e contra a ditadura militar (1964-1985).

**Palavras-chave:** Greves metalúrgicas; Fotografia; Movimento Metalúrgico; Ditadura Militar.

### Abstract

On the 60th anniversary of the Brazilian military coup, this paper explores two metallurgical strikes that occurred in May and September 1979: the first at Mannesmann and the second in various companies in the Belo Horizonte and Contagem industrial complex, Minas Gerais. For this purpose, the study will employ oral (Oral History), documentary, and bibliographic sources. Among the documentary sources is the Mana Coelho's photography, who recorded both strikes for the *Jornal dos Bairros*. The analysis of these sources, complemented by the narratives of the interviewed historical subjects, will allow for the reconstruction of the context of union agitation and resistance by metallurgical workers fighting for social rights and against the military dictatorship (1964-1985).

**Keywords:** Metallurgical Strikes; Photography; Metalworking Movement; Military Dictatorship.



## 1. Introdução

No marco dos 60 anos do golpe militar brasileiro, que deu início a uma ditadura de mesma natureza (1964-1985),<sup>1</sup> há uma nítida presença de um passado que não passou (ROUSSO, 1987).<sup>2</sup> Isso porque, mesmo depois de seis décadas e de algumas poucas políticas de memória,<sup>3</sup> ainda é possível experienciar as consequências de uma transição que teria se dado por meio de acordos, ou seja, de uma *transição transada*,<sup>4</sup> na gramática de Florestan Fernandes (1989). A transição, iniciada após o último governo militar – com João Batista Figueiredo (1979-1985) como presidente da República –, mas já anunciada desde a controversa Lei de Anistia (Lei 6.683/1979), não veio acompanhada da implementação de uma justiça de transição eficaz, uma vez que não se preocupou com o resgate da memória, da verdade, da efetivação da justiça, das medidas de reparação e de reformas institucionais (TEITEL, 2000, 2008; QUINALHA, 2013). Com isso, embora tenha se dado também sob impulso e pressão das lutas populares e dos movimentos de oposição à ditadura, aquela significou mais uma transição de governos militares para civis do que uma transição para a democracia com rupturas profundas, o que dá razão ao conceito utilizado por Florestan Fernandes.

Como consequência, o passado que não passou reflete-se no tempo presente, como na exaltação de torturadores como “heróis nacionais” em espaços públicos e privados e na tentativa de um novo golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023. Essas e outras manifestações aparecem materializando a amnésia institucionalizada ou o maltrato em relação à memória,

---

<sup>1</sup> A ditadura que houve entre 1964 e 1985 recebe denominações distintas, a depender da matriz teórica adotada. Neste texto, optou-se por utilizar a nomenclatura ditadura militar, seguindo o pensamento de Marcos Napolitano (NAPOLITANO, 2014) de que o regime ditatorial foi conduzido por militares, na medida em que as deliberações e decisões eram por eles tomadas. Entretanto, não se ignoram e nem se desqualificam as adjetivações ditadura empresarial-militar (DREIFUSS, 1981) e ditadura civil-militar (O'DONNELL, 1987), compreendendo e concordando com seu uso quando e na medida em que se deseja ressaltar a cumplicidade de empresas e empresários ao golpe e ao regime. Entende-se que, sem essa articulação, apoio financeiro, econômico, material e político, não seria possível instaurar sustentar vinte e um anos de regime ditatorial.

<sup>2</sup> O historiador francês Henry Rousso vale-se da expressão “um passado que não passa” ou “um passado que não passou” em sua obra *Le Syndrome de Vichy* (1987) para se referir aos elementos trágicos do passado que alimentam o presente.

<sup>3</sup> Enquadra-se nessas políticas a criação da Comissão Nacional da Verdade para investigar as graves violações de direitos humanos que foram praticadas entre 1946 e 1988. Com intuito de efetivar o direito à memória e à verdade, além de promover uma reconciliação nacional, conforme art. 1º da Lei Federal 12.528/2011, seus trabalhos foram iniciados em 16 de maio de 2012 e concluídos em 10 de dezembro de 2014, quando houve publicação do relatório final, no ano de cinquenta anos do golpe de Estado.

<sup>4</sup> Ainda que essa concepção de transição negociada possa ser discutida, o que se pretende ressaltar com essa adjetivação é a influência dos militares e da elite empresarial brasileira nessa transição, nos pactos que foram feitos, sem reformas institucionais drásticas. Com isso, não se objetiva ignorar as lutas populares de resistência que disputaram essa arena.



prejudicando a construção da democracia, que deve se dar de forma permanente, ainda que sujeita a avanços e retrocessos (CATTONI, 2023).

A construção institucionalizada da democracia no Brasil, permeável a um liberalismo deslocado da realidade das classes trabalhadoras<sup>5</sup> e sem qualquer compromisso com a memória e com a situação social e econômica das frações que a compõem, como a proletária,<sup>6</sup> foi e segue sendo tensionada a todo instante por movimentos sociais e populares e sujeitos históricos que atuaram durante e após os regimes militares, seja na transição, seja em anos mais recentes. Essas memórias em disputa se referem a importantes eventos ocorridos durante a ditadura militar que foram marcados por diferentes modos de se opor ao governo vigente. Elas também estão presentes nas cenas da transição, desde a luta por anistia e por eleições diretas no país – a qual teve como principal expoente a campanha *Diretas Já* – até a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, posteriormente, pelo que lá seria pautado pelas e pelos constituintes.

A historiografia que se debruça sobre o resgate do que de resistência existe nessa construção, bem como a teoria que se coloca a criticar a transição e a justiça de transição brasileiras exercem um importante papel na elaboração desse passado e no esforço de não repetição. Na tentativa de contribuir com ambas (historiografia e teoria), este artigo pretende recuperar as lutas coletivas por direitos sociais das trabalhadoras e dos trabalhadores em duas importantes greves que foram deflagradas em 1979 no setor metalúrgico, nos municípios de Belo Horizonte e Contagem, em Minas Gerais: a primeira na Mannesmann e a segunda em várias empresas da Cidade Industrial de Belo Horizonte e Contagem. Tais movimentos explicitam a retomada da agitação sindical no estado, após quase dez anos sem greves, desde a forte repressão de 1968, e, junto a outros movimentos paredistas deste ano, representam um desdobramento do fracasso do chamado *milagre econômico* ou *milagre brasileiro*, em termos de indicadores sociais, políticos e econômicos.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> As classes trabalhadoras são compostas por trabalhadoras e trabalhadores que não necessariamente são proletárias e proletários, como é o caso, por exemplo, de pequenas produtoras e pequenos produtores, ou mesmo das servidoras e dos servidores públicos.

<sup>6</sup> Os proletários e as proletárias são frações das classes trabalhadoras que estão subjugadas e subjugados ao assalariamento, como é o caso das operárias e dos operários metalúrgicos.

<sup>7</sup> O crescimento econômico que se deu entre os anos de 1968 e 1973, durante os governos de Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), foi denominado pelas narrativas do regime militar de milagre brasileiro ou milagre econômico. Com o mercado nacional aberto ao capital estrangeiro, potencializaram-se a industrialização e o mercado de capitais e investimentos. “Com o crédito estrangeiro obtido, desenvolveu-se o parque industrial no país e, conseqüentemente, grandes obras de infraestrutura, o que gerou um maior número de empregos e a expansão do mercado interno” (Lemos, Quinalha, 2023, p. 166). Quanto aos índices, o PIB



Essa escolha, em meio às greves e manifestações por melhores condições de vida e de trabalho de tantas categorias profissionais no ano de 1979 – da construção civil, metalúrgicas e metalúrgicos, professoras e professores, motoristas, comerciárias e comerciários, bancárias e bancários, garis, funcionárias e funcionários de hospitais, vigilantes de casas comerciais – deu-se especialmente em razão das paralisações das trabalhadoras e dos trabalhadores metalúrgicos terem sido expressivas. Além disso, ambas foram registradas pelas lentes da fotógrafa Maria Beatriz Ramos de Vasconcellos Coelho, mais conhecida como Mana Coelho, e noticiadas com detalhes no *Jornal dos Bairros*, onde ela trabalhou em diversas frentes, incluindo a do fotojornalismo e a de distribuição dos jornais pelos bairros de Belo Horizonte e de Contagem, especialmente para a população periférica, em compromisso com a oposição à ditadura militar. Relativamente à expressiva greve da construção civil, ou greve dos peões, como ficou conhecida, mais de 20.000 trabalhadoras e trabalhadores desse setor reuniram-se em assembleia no campo de futebol do Atlético Mineiro, que se localizava onde hoje está instalado o DiamondMall (ou Shopping Diamond, como é mais identificado), em Belo Horizonte, para decidir sobre a deflagração do movimento grevista. Nas palavras de Mana, o local virou uma “verdadeira praça de guerra” (COELHO, 2023), com muita repressão policial, o que acabou culminando no assassinato, a tiros, do operário Orocílio Martins Gonçalves. Em consequência, as pessoas que lá estavam, em sinal de revolta, queimaram um carro em protesto.

---

cresceu cerca de 11%, a economia aproximadamente 10% ao ano e a inflação sofreu queda de cerca de 10%. (...) Houve uma tecnocrata articulação de fatores que teriam levado ao “milagre” e que, também para Celso Furtado, não é efetivamente milagroso, pois os fatores que ali se deram – uso da capacidade produtiva ociosa, melhora nos termos de intercâmbio, prosperidade nos países industriais principais importadores do Brasil e endividamento externo em condições bastante favoráveis – não poderiam ser tidos como normais ou como partes de contextos internacional e nacional permanentes (Furtado, 1983, p. 47). Um novo êxodo rural acompanhou tais mudanças. A imensa massa de trabalhadores recém chegados do campo em busca de novas oportunidades de emprego invadia as fábricas, as multinacionais instaladas no país e as usinas urbanas; entretanto, sem qualificação para trabalhos de maior complexidade, uma vez que o investimento na qualificação e na educação não acompanhou o crescimento econômico. Com essa oferta de mão de obra barata, ampliou-se a população nas periferias dos grandes centros urbanos e, também, as desigualdades sociais.” (Lemos, Quinalha, 2023, p. 166). O prejuízo, portanto, ficou na conta das classes trabalhadoras.



Imagem I – Carro incendiado por manifestantes na Greve dos Peões (1979), de Mana Coelho.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto.

No que diz respeito às duas greves metalúrgicas, para contribuir para a narrativa de memórias clandestinas subterrâneas (POLLAK, 1989), a composição da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) e a constituição de um dever de memória (RICOEUR, 2007) foram escolhidas fontes orais e escritas. Pela via da História Oral, serão recuperadas as memórias de importantes personagens dos fatos históricos ora averiguados, como as de Mana Coelho, fotógrafa e militante; de José Vieira, sindicalista e militante; e de Nilmário Miranda, militante e jornalista no período. Acredita-se, na esteira de Alessandro Portelli (2000), que a história oral “pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais.” Ao valorizar as memórias de protagonistas e testemunhas dos eventos analisados, “encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história” (PORTELLI, 2000, p. 69).

Já por meio da análise documental, serão resgatadas algumas matérias do *Jornal dos Bairros*, cujo acervo foi disponibilizado por um de seus criadores, o entrevistado Nilmário Miranda, além de fotografias de Mana Coelho, disponíveis para consulta no Museu Histórico Abílio Barreto, situado na capital mineira. Isso permitirá escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 1987), uma vez que, a todo momento, o trabalho que ela desenvolveu no



referido *Jornal*, junto às vozes entrevistadas, informa e constrói uma visão de mundo sob o ponto de vista das e dos *de baixo*.<sup>8</sup> Desse modo, ao serem analisadas fontes orais e documentais, entende-se que “o oral não deve ser oposto dicotomicamente ao escrito, como duas realidades distintas e distantes, mas como formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregarão pedaços de textos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 230).

Neste artigo, ao se escolher interpretar a luta metalúrgica por direitos sociais, em 1979, e contra a ditadura militar, por meio da análise da fotografia de Mana Coelho, torna-se necessário compreender a conjuntura em que essas imagens foram produzidas e o que elas retratavam, tanto material quanto simbolicamente. Assim, as reportagens do *Jornal dos Bairros*, veículo em que eram publicadas suas fotografias, assumem especial relevância, pois, além de servirem como registros documentais, desempenham um papel ativo na construção da memória histórica e da narrativa de resistência, contribuindo para a compreensão das greves metalúrgicas investigadas por este artigo. A análise documental, ao ser combinada com as vozes de personagens dessa história, a partir de suas entrevistas, permitirá a reconstrução desse passado, sob o ponto de vista dos sujeitos históricos.

## 2. A fotografia como fonte histórica e o fotojornalismo

A fotografia como fonte histórica, ao mesmo tempo em que é imagem/documento, ainda é imagem/monumento (MAUAD, 1996). Como imagem/documento, ela expressa a materialidade passada por meio de seus elementos, que informam fragmentos desse passado; ela “contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado” (KOSSOY, 2012, p. 113). Já como imagem/monumento, é símbolo, “é aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro” (MAUAD, 1996, p. 8). Ana Maria Mauad, igualmente, chama a atenção para o fato de que “todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma visão de mundo” (MAUAD, 1996, p. 8).

---

<sup>8</sup> O termo “os de baixo” é utilizado por Florestan Fernandes ao se referir às pessoas alijadas das esferas de decisão e poder na sociedade. Para ele estariam nessa esfera “milhões de miseráveis da terra, de trabalhadores assalariados livres e semilivres. (...) Eles não possuem nem peso nem voz nessa sociedade civil.” (FERNANDES, 1989, p. 31).



A fotografia estabelece uma relação com a história, na medida em que, por um lado, “o registro visual nela contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado” (KOSSOY, 2012, p. 47). Dessa maneira, é possível localizar temporalmente o que nela está contido, assim como saber onde aquele episódio se passou, identificando as condições físicas, geográficas e espaciais sob as quais o que foi retratado se deu. Por outro lado, o artefato fotográfico “nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem” (KOSSOY, 2012, p. 47-48). A partir da fotografia, é possível detectar escolhas que sua autora ou seu autor faz, condições tecnológicas que dispunha, o assunto que ela ou ele desejou reproduzir e de que forma ela ou ele o fez. Isso explica, em partes, porque Boris Kossoy (2012), fotógrafo e historiador, também considera a fotógrafa e o fotógrafo um *filtro cultural*, já que o e a profissional podem eleger um aspecto determinado do real, organizar os detalhes que o compõem, explorar os recursos técnicos que se apresentam naquele momento e o resultado não é imune à sua ideologia e perspectivas. O autor ressalta “o papel decisivo que a bagagem cultural, a sensibilidade e a criatividade podem imprimir no resultado final” (KOSSOY, 2012, p. 44-45). Mana Coelho (2012) concorda com esse pensamento. De acordo com ela, “a escolha do corte (tanto no tempo como no espaço) da composição, do enquadramento, das áreas que devem ficar claras ou escuras, torna a fotografia uma interpretação de mundo” (COELHO, 2012, p. 21-22).

Na fotografia abaixo, é possível identificar parte dessa “interpretação de mundo” a que Mana Coelho se refere. Ao colocar em primeiro plano os policiais protegendo a Belgo-Mineira durante um piquete e, ao fundo, manifestantes em protesto pacífico, a fotógrafa constrói uma narrativa visual que enfatiza as distintas posições de poder presentes na cena, o que é uma importante marca de seu trabalho na cobertura de greves nas décadas de 1970 e 1980.



Imagem II – Policiais e manifestantes em um piquete na portaria da Belgo-Mineira (setembro de 1979), de Mana Coelho.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto.

Por mais que a fotografia represente, do ponto de vista iconográfico, um recorte de uma dada realidade, de um acontecimento, ela nunca é neutra. Kossoy (2012, p. 116-118) já considerava que nem tudo o que a fotografia registra é verdadeiro. Atualmente, com tecnologias ampliadas, a verdade transposta através da imagem pode ser ainda mais contestada. Entretanto, não é apenas sobre a possibilidade de edição de fotos que se trata quando essa verdade é questionada, mas, também, a respeito da subjetividade que se imprime no processo de criação da foto. No fotojornalismo, a interpretação se coloca para identificar o fato retratado, desvelar o quanto da autora ou do autor há no objeto produzido, já que ela e ele são um *filtro cultural*. Ao mesmo tempo, atribui-se sentido ao trabalho por intermédio das fusões de horizontes das e dos intérpretes. Assim é que as diferentes receptoras e receptores imprimirão sentidos distintos a uma fotografia. Por essa razão, saber das condições de produção desse objeto interfere em sua interpretação. Mana Coelho (2012) também está de acordo com o fato de que o que a fotografia expressa depende de um conjunto de coisas que envolvem o papel da fotógrafa e do fotógrafo combinado com as percepções de quem interpreta. Para ela, “as imagens que vemos nessas obras passaram por vários filtros, foram vistas com tempo e com calma e alinhadas de modo a transmitir a quem



as vê tudo o que o autor considerou fundamental e imprescindível mostrar.” Complementa que, “por ser polissêmica, seu significado permanece aberto, sujeito às emoções e interpretações dos seus expectadores que, por sua vez, são determinados pelas suas próprias experiências, informações e relações sociais” (COELHO, 2012, p. 24).

Desse modo, como linguagem visual ou texto não-verbal, o que a fotografia transmite nem sempre coincide com o que sua autora ou autor quis com ela informar. A receptora ou o receptor desse texto atribui a ele significados com base nas suas pré-compreensões de mundo, interpretando-o, como faria com qualquer outra forma de linguagem transmitida. Mauad (1996) explica que

*entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver. A fotografia - para além da sua gênese automática, ultrapassando a ideia de analogon da realidade - é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica. (MAUAD, 1996, p. 3) (destaques nossos)*

Como qualquer exercício hermenêutico, esse investimento de sentido, que não é outra coisa senão interpretação (GADAMER, 2002), apresenta limites semânticos, de acordo com o contexto possível, tais como espaço/lugar e tempo/período. Ao se deparar com uma fotografia junto a um texto jornalístico, por exemplo, entende-se que aquela imagem não está ali como uma mera ilustração; ela foi tirada em um lugar específico, em um período demarcado, para retratar algo singular. Para Kossoy (2012), os conteúdos de fotografias “jamais deverão ser entendidos como meras ‘ilustrações ao texto’.” Ele entende que, como fonte histórica, elas se apresentam como “uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou” (KOSSOY, 2012, p. 34).

Um dos caminhos estabelecidos para a investigação das fotos foi mostrá-las diretamente para a autora, durante as entrevistas, para que ela pudesse identificá-las, já que, no acervo onde estão armazenadas, quase nenhuma delas apresenta referência.



Imagem III - Batalhão de Choque chegando na Mannesmann em meio aos grevistas (1979), de Mana Coelho.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto.

Ao ter contato com a imagem acima, por exemplo, a fotógrafa afirmou que se tratava do Batalhão de Choque chegando de caminhão na Mannesmann, em meio aos grevistas. Como ela descreveu, havia bastante repressão nos piquetes de greves e, até mesmo por isso ser constante, não se recorda se tratava-se do movimento de maio ou de setembro de 1979, mas reconheceu o Choque, em razão dos capacetes que utilizavam. Ela estava incerta, inicialmente, sobre o local onde a foto foi tirada, porém, ao analisar outros elementos presentes na imagem, Mana identificou que era na Mannesmann: “Está vendo os fios? Eu identifiquei pelos fios, pela parte de trás. Os fios e a... Aquela montanha com aquelas árvores. É, os eucaliptos, [essa coisa]. É Mannesmann” (COELHO, 2024). Assim, mesmo com a ausência de indicadores óbvios, como alguma placa ou o logotipo da empresa, foi possível decifrar a foto a partir do seu conteúdo.

Relativamente ao fotojornalismo brasileiro, há que se ter em conta as transformações pelas quais o campo jornalístico atravessou, a partir da década de 1950, mais intensificadas entre a década de 1970 e 1980. Segundo Carlos Barbosa, “entre o final da década de 1950 e inícios da de 1960 os grandes jornais brasileiros passaram por reformas editoriais e gráficas que privilegiaram a fotografia.” No *Jornal do Brasil*, periódico de veiculação nacional, “em 1962 era inaugurada a primeira editoria de fotografia” (BARBOSA,



2019, p. 90). Essas mudanças na imprensa, associadas às novas câmeras que passaram a estar disponíveis no mercado, impactaram os rumos do fotojornalismo, de modo que a fotografia começou a ser valorizada como uma importante linguagem jornalística, o que foi referendado com o Prêmio Esso de Fotografia, que premia repórteres fotográficos (BARBOSA, 2019, p.90; COELHO, 2012, p.110).

Com o advento da ditadura militar, muitas das fotógrafas e fotógrafos, além de jornalistas, passaram a trabalhar junto à “imprensa alternativa ou sindical que desafiava a censura” (BARBOSA, 2019, p. 90), como foi o caso de Mana Coelho, que assim atuava, de forma voluntária, no *Jornal dos Bairros*, especialmente na cobertura do sindicalismo metalúrgico. A fotógrafa, que se considera testemunha ocular dos acontecimentos que se passaram com a classe operária na Cidade Industrial de Belo Horizonte e Contagem, afirma que

a orientação geral dos jornalistas é o seguinte: Tem repressão? Fica tudo junto, porque aí eles... Se eles quiserem bater, eles vão saber que estão batendo na imprensa. *E a imprensa é quem está aqui em nome de todo mundo que não está aqui.* Então é... Não é qualquer coisa bater na imprensa. (...) *E nós estávamos os representantes de quem estava vendo pela gente* (COELHO, 2024) (destaques nossos).

Mana Coelho, ao atuar nesse periódico, não deixou de registrar os problemas da periferia, visto que a ideia principal do jornal era retratar as dinâmicas dos bairros e, como pontua Nilmário Miranda, “dar voz e vez a cada um” (MIRANDA, 2023). Esses problemas revelavam, em certa medida, a estratificação dos espaços, que acompanhavam a cidade de Belo Horizonte, desde a sua criação, no fim do século XIX.

Ao longo do século XX, a segregação entre o *contorno* da cidade e o que havia fora dele permaneceu e se intensificou. A Cidade Industrial, fora dos limites da Avenida do Contorno, situada na região entre os municípios de Contagem e Belo Horizonte, por mais que já tivesse alcançado certo grau de industrialização, desde 1941, no governo de Juscelino Kubitschek (1951-1955), foi completamente modificada. JK trabalhou para a industrialização e, durante seu governo em Minas Gerais, a região contava com 41 empresas e 13.332 funcionárias e funcionários. Na década 1960, já havia ali 105 indústrias instaladas. A área destinada à Cidade Industrial foi desapropriada pelo governo e às fábricas “eram cedidos terrenos, mediante aforamento anual no valor de 6%, devendo ser sua utilização para fins exclusivamente industriais, salvo residências indispensáveis à própria indústria, a juízo do Estado e com licença especial deste” (NEVES, 1994, p. 40).



Embora parecesse que haveria amplo e garantido desenvolvimento, não ocorreu investimento em infraestrutura e moradia e a construção de casebres, barracos e casas sem boas condições sanitárias foi sendo feita sem planejamento. O crescimento das classes trabalhadoras que se aglomeraram no entorno das empresas foi acompanhado pelo empobrecimento, uma vez que os salários eram baixos e os direitos trabalhistas eram violados recorrentemente. Já durante a ditadura militar, o suposto milagre econômico não beneficiou trabalhadoras e trabalhadores, o que motivou inúmeras greves na Cidade Industrial. As principais greves que ali ocorreram durante esse período deram-se na categoria metalúrgica, em 1968 e em 1979. Não foram as únicas, mas as mais numerosas e expressivas e as que contaram com maior repressão por parte da polícia e das empresas. Em abril de 1968, houve uma grande greve, que começou na Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e se alastrou por quase todas as empresas daquela região. Já em um outro movimento, iniciado em princípio de outubro do mesmo ano, a repressão foi intensa por parte da polícia, contando com grande colaboração das empresas, que permitiam detenções e violência em suas dependências.

Após quase dez anos sem greves, dada a intensificação das medidas repressivas do regime militar, em maio de 1979, as metalúrgicas e os metalúrgicos organizaram-se novamente e, pressionando a direção do sindicato que representava a categoria, deram início a um novo movimento paredista. Desta vez, apenas as operárias e os operários da Mannesmann entraram em greve. Em setembro daquele ano, um outro movimento que tomou diversas empresas da Cidade Industrial, incluindo a Belgo-Mineira, também foi deflagrado. Esses dois fatos históricos de 1979 foram fotografados por Mana Coelho, que se misturava em meio aos piquetes e assembleias sindicais, captando importantes momentos da dinâmica da luta metalúrgica. Com o fotojornalismo, ela retratou o universo de pessoas cujas trajetórias, sem esse trabalho, seriam menos visíveis e menos conhecidas. Mana Coelho afirma: “Eu sou o olho de quem não está aqui. (...) Eu sou o olho de quem não está podendo ver” (COELHO, 2024). Do mesmo modo, como a fotografia foi essencial para captar importantes momentos da resistência, o *Jornal dos Bairros* exerceu um papel fundamental ao difundir e amplificar as vozes das trabalhadoras e dos trabalhadores, reforçando o papel da imprensa na construção da narrativa desses eventos, sob um olhar diverso daquele que era imposto pela empresa e pelos órgãos de repressão estatal.



### 3. O trabalho de Mana Coelho no *Jornal dos Bairros*

Maria Beatriz Ramos de Vasconcellos Coelho, a Mana Coelho, nasceu em Recife, em Pernambuco, no dia 25 de agosto de 1957. Mudou-se para Belo Horizonte ainda criança e cursou o ensino médio no Colégio Técnico da UFMG, onde fez aulas de fotografia técnica e começou a se especializar na área pela qual já nutria grande afinidade. Aos 18 anos, integrava a equipe do *Jornal De Fato*, veículo de imprensa alternativa, de onde saíram algumas das pessoas responsáveis pela fundação do *Jornal dos Bairros*. Mana Coelho trabalhou com fotografia a maior parte de sua vida, desde quando ainda era estudante secundarista. Quando iniciou a faculdade de Ciências Sociais na UFMG, continuou seu trabalho, aliando-o à militância de combate à ditadura e à repressão, o que fez especialmente junto ao *Jornal dos Bairros*. Na década de 1990, realizou pesquisas sobre fotografia, no mestrado e doutorado em Sociologia na UFMG e na USP, respectivamente, sem se desvincular de seu trabalho como fotógrafa.

Nilmário Miranda, um dos criadores do *Jornal dos Bairros*, contou, em entrevista, sobre a idealização e a fundação do periódico. Ele havia saído da prisão em 1975 e estava buscando maneiras de reconstruir a vida, com aspirações de retornar à universidade e cursar Jornalismo. Em conversas com amigas e amigos, expôs a ideia de produzir um jornal na periferia, trazendo questões do cotidiano das classes trabalhadoras, com foco, inicialmente, nos problemas relacionados à moradia. Conforme explica Nilmário, “(...) eu também tinha uma ideia de fazer um jornal na periferia, que tinha muita repressão nas fábricas.” Para “driblar” o aparato da ditadura militar, a equipe do *Jornal* optou por abordar questões mais cotidianas e necessidades mais prementes das trabalhadoras e dos trabalhadores, as quais não sofreriam vigilância e monitoramento. Ele pontua que “(...) queria pegar a classe operária em um ângulo, só [a coisa] de moradia, não é? Que não eram vigiados, e tal tal, e tinha um tipo de jornal que eu vi que eles tinham em São Paulo, de distribuição gratuita etc e etc.” (MIRANDA, 2023). A distribuição seria gratuita e a alternativa para custear a produção foi a venda de espaços publicitários nas edições. De um modo geral, os anúncios traziam vagas de emprego, espaços comerciais e, eventualmente, propagandas feitas por alguns quadros políticos. Mais tarde, outras vias de financiamento foram surgindo, como o sistema de assinaturas e a realização de festas com conversão do lucro para o *Jornal*.

A equipe trabalhava de forma voluntária. Nilmário conta que reuniu jornalistas de esquerda - oriundos de veículos como *Diário do Comércio*, *Estado de Minas*, *De Fato*, colegas



do curso de Comunicação da UFMG, entre outros - e, então, o *Jornal dos Bairros* começou a circular em setembro de 1976. Segundo ele, o trabalho era diferente de um periódico comum em razão do contexto da ditadura militar e das pautas que eles desejavam abordar: “(...) era outro tipo de trabalho. Quer dizer, muita repressão nas fábricas, muita repressão no movimento sindical, muito controle sobre o movimento sindical, então nós procuramos os bairros, onde os trabalhadores viviam, e fomos trabalhar as associações de bairro” (MIRANDA, 2016).

Mana Coelho fez parte da equipe do *Jornal dos Bairros* desde a sua fundação. Além do trabalho com a fotografia, ela, assim como toda a equipe, atuava na distribuição do periódico, que era feita nos bairros, igrejas e portas de fábricas na região. Ela conta que, em função de sua atuação, desenvolveu laços e se tornou muito querida pela comunidade: “Nada que eles faziam aparecia, aí começou a aparecer no *Jornal*. Eu punha, eu conversava, eu ia nas casas, todo mundo me conhecia, eu ia na porta da fábrica” (COELHO, 2023).

Nesses momentos de diálogo direto com a população, surgiam as questões que seriam levadas para as próximas reuniões de pauta. De acordo com Mana Coelho, a equipe não tomava como base as próprias opiniões, mas sim “como o pessoal do bairro está[va] vendo e sentindo as coisas, então você [ou seja, a equipe] vai falar baseada no que eles dizem e o que você vê com eles” (COELHO, 2023). Nesse sentido, com o passar dos anos, as reportagens de cunho político iam se tornando cada vez mais numerosas, uma vez que as associações de moradores se estruturavam e os movimentos sociais se reorganizavam e retomavam sua capacidade de mobilização. Observam-se, por exemplo, matérias sobre eleições sindicais, manifestações diversas, campanhas salariais, entrevistas com ex-presos políticos e exilados, Anistia, entre outros. Ainda que o foco principal fosse a Cidade Industrial e suas adjacências, a equipe trazia também notícias sobre outras regiões do país, principalmente no que diz respeito aos movimentos paredistas.

No ano de 1979, no contexto da efervescência de greves que se observava no país inteiro, Mana Coelho já estava atuando praticamente apenas como repórter sindical no *Jornal dos Bairros*. A fotógrafa conta, em entrevista, que ficava junto das operárias e dos operários nos piquetes e em manifestações, sendo a única mulher que realizava fotojornalismo na região:

A polícia inteira sabia quem eu era, porque era a única mulher fotógrafa. Então eles me chamavam: “Oi, Maninha. Está chorando muito com o gás lacrimogêneo?” (...) Eles já me conheciam, eu brigava com eles. Eles achavam graça, porque eu era nova. Tinha o quê? 18 anos, 19 anos. Ficava brigando com



*os polícia. (...) Eu brigava: “Vocês que estão jogando”. Eles falavam: “A coisa que a gente mais odeia nesse mundo é jornalista e estudante” (Coelho, 2024).*

Imagem IV – Policial atirando bomba de gás lacrimogêneo durante a Greve dos Peões (1979), de Mana Coelho.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto.

Munida de uma câmera Pentax, de filme preto e branco e, geralmente, com poucos rolos, Mana Coelho imprimia em suas fotografias o que projetava como política e militância: “(...) a gente queria fazer um jeito de fazer política diferente. Quer dizer, as pessoas vão ficar conscientes, elas vão assumir as coisas da vida delas. A gente não tem nada para ensinar, a gente tem que chamar atenção para o que é que elas estão vivendo” (COELHO, 2023). O que a classe operária que ela cobria estava vivendo tinha tudo a ver com a política da ditadura militar. A privação, o arrocho salarial, a escassez, os problemas de moradia e transporte, a violação de direitos trabalhistas e a repressão eram resultados, principalmente, de uma política elitista e voltada a favorecer a classe patronal. O ângulo, o foco, o momento certo do clique e a forma como a fotógrafa trabalhava também fazia saber sobre si mesma. Boris Kossoy explica que

a fotografia (...) não é apenas um documento por aquilo que mostra da cena passada, irreversível e congelada na imagem; faz saber também de seu autor, o



fotógrafo, e da tecnologia que lhe proporcionou uma configuração característica e viabilizou seu conteúdo (KOSSOY, 2012, p. 79).

Durante a greve na Mannesmann, em maio de 1979, Mana Coelho recorda-se que a polícia estava do lado de dentro e as operárias e os operários do lado de fora da fábrica; e que o Batalhão de Choque da PM foi chamado para reprimir as trabalhadoras e os trabalhadores que estavam no local. Esta foi apenas uma das várias vezes que ela presenciou truculências por parte da polícia. Ela mesma chegou a ser vítima de violência. Na Greve dos Peões, um policial colocou um revólver em sua cabeça, ameaçando-a. Ainda assim, ressalta a importância do trabalho que fazia:

Lembro, eu fotografei, eu fiz um monte de foto. (...) Porque eu estava lá, eu não queria ir embora, eu queria ficar no meio da confusão fotografando. Porque é muita responsabilidade, você é a testemunha do que está acontecendo, eu era a testemunha. E fotografia tem uma coisa, fotografia pode ser o ponto de vista da pessoa, pode ser... Você pode mostrar uma coisa e não mostrar outra, tem tudo isso, mas é um documento. É um documento (COELHO, 2023).

#### 4. As greves de 1979 em Belo Horizonte e Contagem em fotografias

Em 1979, a busca por melhores condições de vida e de trabalho por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras metalúrgicas iniciou-se em março, em uma campanha salarial antecipada, e não em outubro, como normalmente acontecia, devido à fixação da data base, em razão dos péssimos indicadores sociais, políticos e econômicos proporcionados pelo suposto *milagre econômico*, o que também reforçava a necessidade de oposição à ditadura militar. O *Jornal dos Bairros* noticiou, na edição de 21 de abril a 4 de maio, que o salário-mínimo era muito inferior ao que deveria ser para atender as necessidades mais básicas da população: “enquanto o salário-mínimo é de [Cr\$] 1.560,00, só com alimentação uma família de apenas 4 membros tem de gastar pelo menos Cr\$ 2.775,20” (JORNAL DOS BAIRROS, nº 66, 1979, p. 3). Isso sem contar, é claro, as despesas com aluguel, vestuário, transporte, higiene pessoal, escola, saúde, lazer. Como consequência, estimava-se que o salário-mínimo em Belo Horizonte deveria passar por um reajuste mínimo de 292,5% (JORNAL DOS BAIRROS, nº 66, 1979).

Para enfrentar essa situação, foram tomadas duas decisões desde o início da campanha salarial: as reuniões aconteceriam por fábrica e cada uma elegeria uma comissão de operárias e de operários. As trabalhadoras e os trabalhadores da Belgo-Mineira, cientes



das reivindicações viáveis naquela conjuntura, formaram uma comissão de fábrica, realizaram reuniões por turno de trabalho e aprovaram as seguintes propostas em assembleia geral: aumento de 20% a partir do dia 1º de maio de 1979, além do fim do trabalho aos sábados para aquelas e aqueles que prestavam serviço no setor de manutenção e 190 horas de gratificação de férias. Como contraproposta, a empresa ofereceu apenas a antecipação de 10% de salário e nenhuma gratificação de férias e/ou folga aos sábados. Não obstante, as trabalhadoras e os trabalhadores rejeitaram-na e anunciaram que, na falta de acordo, uma greve seria deflagrada no dia 7 de maio. Por conta disso, a empresa encaminhou uma nova contraproposta: 10% a 18% de aumento, a depender do nível salarial, a partir de 1º de maio; e 190 horas de gratificação de férias. Em relação ao fim do trabalho aos sábados no setor de manutenção, porém, ela indicou a formação de uma comissão com representantes de ambas as partes para discutir a viabilidade. Por mais que não fosse exatamente o que havia sido demandado no momento inicial, essa segunda contraproposta foi aceita e as metalúrgicas e os metalúrgicos daquela empresa não deflagraram greve (JORNAL DOS BAIRROS, nº 66, 68 e 69, 1979).

Contudo, apesar de ter seguido o mesmo procedimento (eleição de comissão de fábrica, reuniões por turno e aprovação de reivindicações em assembleias), as operárias e os operários da Mannesmann não obtiveram o mesmo êxito ao demandarem 20% de aumento a partir de 1º de maio de 1979, fim do regime de trabalho de 7 letras (sistema em que as operárias e os operários revezavam os turnos em que trabalhavam, não havendo qualquer previsibilidade) e gratificação de férias de 240 horas. A empresa, na verdade, ofereceu tão somente uma antecipação de 10%, com desconto em outubro. Por esse motivo, mais de 5.000 trabalhadoras e trabalhadores decidiram, por unanimidade, deflagrar greve no dia 23 de maio de 1979, momento em que receberam apoio tanto do Sindicato quanto da Federação correspondentes. Elas e eles se direcionaram para a porta da fábrica e formaram piquetes. Posteriormente, com a participação de cerca de 4.000 a 5.000 pessoas, acrescentaram-se duas demandas àquelas que tinham sido rechaçadas pela empresa: estabilidade para os integrantes da comissão e pagamento das horas paralisadas. Permaneceram, porém, 34 pessoas cuidando do forno, a fim de evitar que ocorresse seu desligamento e que seu funcionamento somente voltasse depois de alguns dias (JORNAL DOS BAIRROS, nº 66, 68 e 69, 1979). A fotografia abaixo dá a dimensão, ao menos quantitativa,



da adesão das trabalhadoras e dos trabalhadores em uma assembleia sindical que ocorreu no curso dessa greve:

Imagem V – Assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos durante a greve na Mannesmann (maio de 1979), de Mana Coelho.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto.

Com isso, a Mannesmann começou a ceder à pressão e apresentou uma contraproposta: fim das turmas de 7 letras em 31 de dezembro, pagamento de metade das horas paralisadas e 20%, 15% e 10% para quem recebia, respectivamente, até Cr\$ 6.000,00, com o mínimo de Cr\$ 1.200,00; até Cr\$ 10.000,00, com mínimo de Cr\$ 1.200,00; e até Cr\$ 15.600,00. No dia 28 de maio, 8.000 operários e operárias a rejeitaram, visto que a empresa não aceitou nem a gratificação de férias de 240 horas, nem a estabilidade da comissão. Todavia, a empresa retirou a contraproposta depois que o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região declarou a greve como ilegal. Mesmo assim, 6.000 trabalhadoras e trabalhadores votaram, em assembleia, que o movimento grevista e os piquetes permaneceriam; que o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, seria convidado para mediar o conflito; e que deveria ser organizado um fundo de greve (JORNAL DOS BAIRROS, nº 69, 1979).

Em seguida, no dia 31 de maio de 1979, cerca de 5.000 operárias e operários saíram às ruas gritando “Vitória!” e “Organização vence o patrão!”, com a participação de foguetes



e demonstração de solidariedade por parte de transeuntes e de passageiros e passageiros de ônibus. Elas e eles estavam comemorando que tinham conquistado 20%, 15% 10% de aumento, respectivamente, para quem ganhava até Cr\$ 6.000,00, com mínimo de Cr\$1.200,00; até Cr\$10.000,00, com mínimo de Cr\$1.200,00; e até Cr\$15.000,00, com mínimo de Cr\$1.500,00, além da extinção do sistema de trabalho com rodízio de 7 letras até o fim do ano e do pagamento de metade dos dias paralisados, pois a outra metade seria descontada por até um dia em cada mês (JORNAL DOS BAIRROS, nº 70, 1979). Trabalhadoras e trabalhadores promoveram uma passeata com uma placa por meio da qual mandaram um recado à empresa de que permaneceram e seguiriam “firmes até a vitória”, mesmo em meio ao autoritarismo adotado pela empresa e pela polícia:

Imagem VI – Passeata após o fim da greve na Mannesmann (maio de 1979), de Mana Coelho.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto.

Outra fotografia emblemática é a de Albênzio Dias de Carvalho, apelidado de Boné, uma das principais lideranças dessa greve. Na imagem, ele aparece sendo carregado por trabalhadores na passeata de comemoração por sua contribuição no movimento de maio de 1979:



Imagem VII - Albênzio sendo carregado por colegas na passeata de comemoração das conquistas da greve na Mannesmann (maio de 1979), de Mana Coelho.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto.

Entretanto, a Mannesmann dispensou todos os membros da comissão de salário e dirigentes da greve (Albênzio Dias de Carvalho, Arthur Geraldo Barbosa, Cesário Palhares e Celso), e trabalhadores da laminação de barra. Isso motivou um abaixo-assinado para que o presidente do sindicato da categoria profissional, João Silveira, se opusesse ao que vinha acontecendo de forma mais enfática e incisiva (JORNAL DOS BAIRROS, nº 70 e 71, 1979). As trabalhadoras e os trabalhadores continuaram mobilizados na campanha salarial durante os meses que se seguiram. O 2º Encontro Nacional do Movimento Contra a Carestia (MCC) ocorreu nos dias 7 e 8 de julho, no bairro Industrial, em Contagem (JORNAL DOS BAIRROS, nº 72, 1979), e o seu apoio às lutas operárias foi ressaltado várias vezes no decorrer do evento. Neste período, o Sindicato dos Metalúrgicos continuou realizando reuniões. Foram surgindo novas reivindicações, como o pagamento do adicional de insalubridade, a criação de refeitórios e a oferta de transporte especial com destino às fábricas. As paralisações permaneceram em outras empresas menores. Em agosto, a categoria foi convocada para uma nova assembleia no sindicato, que daria início ao “período decisivo” da campanha salarial, considerando a aproximação da data-base, fixada no dia 1º de outubro (JORNAL DOS BAIRROS, nº 74, 1979). Nesta reunião, foram alinhadas as novas reivindicações e as



trabalhadoras e os trabalhadores se mostraram dispostos a se prepararem para uma nova greve, se fosse necessário. Os movimentos das outras categorias profissionais foram lembrados como um indicativo de que o governo estava contra elas e eles, “jogando a polícia em cima de nós” (JORNAL DOS BAIRROS, nº 75, 1979). Assim, as metalúrgicas e os metalúrgicos optaram por encerrar as greves isoladas e amadurecer a ideia de uma greve geral da categoria.

Na edição de nº 77, o *Jornal dos Bairros* noticiou que “a fome falou mais alto”, porque, apesar da repressão policial, as operárias e os operários continuaram reivindicando seus direitos, após a deflagração de greve em assembleia com mais de 7.000 metalúrgicos e metalúrgicas na quadra do Sindicato da categoria profissional. Elas e eles queriam cerca de 80% de aumento salarial, com Cr\$ 8.000,00 de piso, delegados sindicais e estabilidade de 2 anos para as comissões de fábrica. As empresas, entretanto, realizaram contraproposta de 60% de aumento até 2 salários-mínimos, com desconto de 10% da antecipação salarial e um piso de Cr\$ 3.100,00. Essa resposta manteve as trabalhadoras e os trabalhadores na luta coletiva, em permanente avaliação da conjuntura, tanto que foram realizadas duas assembleias diárias para confirmar a manutenção da greve, quase sempre com a mesma quantidade de presentes. Quando isso aconteceu, a Mannesmann tentou impedir a realização da greve de todas as formas possíveis e, por esse motivo, “os patrões prendiam dentro da fábrica o pessoal que estava trabalhando antes da deflagração da greve” (JORNAL DOS BAIRROS, nº 77, p. 8). A situação em outras empresas, como a Belgo-Mineira, não era menos autoritária, dado que a polícia também ocupou a fábrica e reprimiu seus operários e suas operárias (JORNAL DOS BAIRROS, nº 77). Como regra, José Vieira relata que

a repressão foi tão violenta, foram dezenas e dezenas de prisões, muito espancamento, a polícia jogava a cavalaria em cima, batia para valer mesmo, as assembleias dos sindicatos eram dispersas no cacete, o sindicato foi cercado algumas vezes pela polícia, sabe, na Ciro Flamarion. Foi um clima de muita pressão, houve uma mudança no comportamento dos patrões no enfrentamento do processo grevista e da polícia, entre maio e setembro de 79, foi muito marcado isso aí (VIEIRA, 2016).

Assim como as fotografias e o jornal desempenharam papéis importantes na preservação da memória das greves, sua combinação com relatos orais oferece uma perspectiva sobre os movimentos paredistas que possibilita a reconstrução de um contexto histórico rico e multifacetado. Abaixo, as fotografias capturam momentos que demonstram



a presença ostensiva da polícia nas fábricas ou em suas imediações, reforçando a violência sofrida pelas operárias e pelos operários durante as greves:

Imagem VIII – Cavalaria da PM em frente à Mannesmann (setembro de 1979), de Mana Coelho.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto.

Imagem IX – Policiais cercando a portaria da Belgo-Mineira (setembro de 1979), de Mana Coelho.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Histórico Abílio Barreto.



Contra a repressão e em apoio à greve metalúrgica, ocorreu, no dia 2 de outubro de 1979, um ato público na Igreja São José, em Belo Horizonte. Na ocasião, centenas de trabalhadoras e trabalhadores, estudantes e representantes de várias entidades, como o Comitê Brasileiro pela Anistia e o Grupo de Padres pelos Direitos Humanos, denunciaram “a repressão violenta” (JORNAL DOS BAIRROS, nº 78, p. 4) que havia se instalado nas empresas, como era o caso da Mannesmann e da Belgo-Mineira (JORNAL DOS BAIRROS, nº 78).

Poucos dias depois, no dia 7 de outubro de 1979, as operárias e os operários impulsionaram uma assembleia e chegaram à conclusão de que houve uma vitória parcial, seja porque se alcançou parte daquilo que estava sendo demandado das empresas, seja porque foi possível aumentar a participação da categoria profissional na luta de classes, o que também era expressivo naquele momento de retomada da agitação sindical em Belo Horizonte e Contagem. Diversos foram os comentários: “conseguimos até 19% acima do índice do governo. No ano passado só conseguimos 14% e nos anos anteriores a gente só conseguia ganhar o aumento decretado pelo governo”; e “o nosso piso salarial foi dobrado” (JORNAL DOS BAIRROS, nº 78, p. 11). Uma conquista muito marcante foi a garantia de emprego para a mulher gestante desde o início da gravidez até 60 dias depois da licença médica, assim como a produção de um estudo pelo Sesi para que eventualmente fosse autorizada a criação de creches setoriais: “por causa da greve, nós vamos negociar com os patrões dentro de 60 dias para conseguir creches setoriais” (JORNAL DOS BAIRROS, nº 78, p. 11). Destaca-se, igualmente, o orgulho que as trabalhadoras e os trabalhadores tiveram ao conseguirem manter suas lutas coletivas, mesmo com o autoritarismo que se intensificou contra elas e eles por parte da polícia e das empresas: “eu nunca me orgulhei tanto de ser metalúrgico. Nós conseguimos manter essa greve debaixo de cacete, repressão e prisões durante 5 dias” (JORNAL DOS BAIRROS, nº 78, p. 11). Essa também era uma maneira de lutar contra a ditadura militar e seu autoritarismo.

A solidariedade de classe também fica explícita com a criação do fundo de desemprego para as operárias e os operários que estavam sendo arbitrariamente dispensados por terem participado da greve. Como essa possibilidade seria precedida de uma avaliação por parte da direção do Sindicato, elas e eles deliberaram, de imediato, que seria urgente a mobilização para atender às suas necessidades básicas, motivo pelo qual tomaram a iniciativa de arrecadarem dinheiro com mais agilidade, por exemplo, com a venda de rifas (JORNAL DOS BAIRROS, nº 78).



## 5. Considerações finais

A efervescência política que marcou o fim da década de 1970 e início da de 1980 no Brasil não deixou a Cidade Industrial de Belo Horizonte e Contagem imune, especialmente no ano de 1979, quando a classe operária rompeu um silêncio de quase 10 anos sem grandes greves. Algumas paralisações curtas já anunciavam a insatisfação da categoria metalúrgica em 1978 e operários e operárias já estavam se organizando, tanto na oposição sindical, quanto dentro das próprias empresas. Essas disputas de espaço eram reflexo de como a ditadura militar era sentida no chão de fábrica, de como suas políticas econômicas e sociais afetavam as classes trabalhadoras, do quanto aqueles operários e aquelas operárias estavam fartos da repressão e de quanto a chamada *transição lenta, gradual e segura* era uma falácia criada pelo regime vigente.

As notícias a respeito da luta por anistia também ventilavam naquela região e faziam parte das pautas de assembleias e debates, além da carestia, dos baixos salários e de direitos violados. Maio e setembro de 1979 significaram o rebentar de todas essas insatisfações, ao mesmo tempo em que representavam uma renovação nas esperanças de que a luta poderia dar resultados.

Analisar as greves metalúrgicas daquele ano, iluminadas pela fotografia de Mana Coelho, permite compreender que seu *olhar fotográfico* era marcado pela luta contra a ditadura militar e a favor das classes trabalhadoras. Cada *composição* e cada registro em piquetes, assembleias, repressão policial demonstram a maneira como ela compunha, para além e por meio de cada foto, a realidade daquelas pessoas e como ela enxergava o regime e suas práticas. A partir da interpretação, com o distanciamento histórico que é imposto, é possível compreender que aqueles textos não-verbais retrataram a luta operária para as trabalhadoras e os trabalhadores da sua época, mas também para leitoras e leitores de hoje, perenizando-se no tempo e no espaço. A distribuição gratuita do *Jornal dos Bairros* garantia que os textos chegassem aos bairros mais periféricos e sensibilizassem quem os recebesse.

As vozes de Mana Coelho, José Vieira e Nilmário Miranda, junto às demais fontes, deram contexto e enquadramento, além de abrirem perspectivas interpretativas trazidas pela ótica da fotógrafa, da experiência do metalúrgico e do panorama do jornalista, demonstrando ter sido o uso da História Oral necessário para a reconstrução das greves metalúrgicas de 1979 em Belo Horizonte e Contagem.



De mais a mais, foi possível compreender – e concordar com Ana Maria Mauad – que a fotografia faz perder fatos e sujeitos históricos para interpretação futura e que “*entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver*” (MAUAD, 1996, p. 3).

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. As dobras do dizer: da (im)possibilidade da história oral. In: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 229-234.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. Fotojornalistas brasileiros em época de ditadura: entre a estabilidade e o compromisso. *Domínios da imagem*, v. 13, n. 24, p. 86-103, 2019.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. *Teoria da constituição*. Belo Horizonte: Conhecimento, 2023.

COELHO, Maria Beatriz. *Imagens da nação: brasileiros na fotodocumentação de 1940 até o final do século XX*. São Paulo: Imprensa Oficial, Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981

FERNANDES, Florestan. *A constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FURTADO, C. *O Brasil pós-“milagre”*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II: complementos e índice*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. Revista dos Tribunais, 1990.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LEMONS, Tayara; QUINALHA, Renan. O neoliberalismo do tempo presente e a urgência de uma justiça de transição pós-neoliberal. *Projeto História*, São Paulo, v. 77, p. 157-180, 2023.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e Cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994/1995.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.



O'DONNELL, Guilherme. Transição democrática e políticas sociais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 9-15, 1987.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos. A formação urbana e social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova Capital mineira. *Temporalidades*, vol. 1, n. 2, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição: contornos do conceito*. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Editorial, 2013.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. *Le Syndrome de Vichy*. Paris: Seuil, 1987.

TEITEL, Ruti. *Transitional Justice*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2000.

TEITEL, Ruti. Transitional Justice Globalized. *International Journal of Transitional Justice*, v. 2, n. 1, 2008.

## Fontes

Jornal dos Bairros, nº 66, de 21 de abril a 04 de maio de 1979.

Jornal dos Bairros, nº 68, de 18 a 31 de maio de 1979.

Jornal dos Bairros, nº 69, de 1º a 14 de junho de 1979.

Jornal dos Bairros, nº 70, de 15 a 29 de junho de 1979.

Jornal dos Bairros, nº 71, de 30 de junho a 13 de julho de 1979.

Jornal dos Bairros, nº 72, de 14 a 27 de julho de 1979.

Jornal dos Bairros, nº 74, de 11 a 24 de agosto de 1979.

Jornal dos Bairros, nº 75, de 25 de agosto a 7 de setembro de 1979.

Jornal dos Bairros, nº 77, de 28 de setembro a 11 de outubro de 1979.



Jornal dos Bairros, nº 78, de 12 a 25 de outubro de 1979.

### Fotos

Mana Coelho, MC.NEG.5.2-668, Acervo fotográfico MHAB; Belo Horizonte – Greve dos Peões, 30 de julho de 1979, carro incendiado pelos manifestantes.

Mana Coelho, MC.NEG.5.12-1546, Acervo fotográfico MHAB; Cidade Industrial Belo Horizonte e Contagem – Policiais e manifestantes, setembro de 1979, piquete na portaria da Belgo-Mineira.

Mana Coelho, MC.NEG.5.12-088, Acervo fotográfico MHAB; Cidade Industrial Belo Horizonte e Contagem – Mannesmann, 1979, Batalhão de Choque chegando em meio aos grevistas.

Mana Coelho, MC.NEG.5.2-342, Acervo fotográfico MHAB; Belo Horizonte – Greve dos Peões, 30 de julho de 1979, policial atirando bomba de gás lacrimogêneo.

Mana Coelho, MC.NEG.5.12-279, Acervo fotográfico MHAB; Cidade Industrial Belo Horizonte e Contagem – Sindicato dos Metalúrgicos, maio de 1979, operários em assembleia durante a greve da Mannesmann.

Mana Coelho, MC.NEG.5.12-765, Acervo fotográfico MHAB; Cidade Industrial Belo Horizonte e Contagem – Sindicato dos Metalúrgicos, maio de 1979, operários saindo em passeata após a greve na Mannesmann.

Mana Coelho, MC.NEG.5.12-770, Acervo fotográfico MHAB; Cidade Industrial Belo Horizonte e Contagem, maio de 1979, passeata em comemoração das conquistas da greve da Mannesmann. Em destaque: Albênio Dias de Carvalho, uma das principais lideranças do movimento.

Mana Coelho, MC.NEG.5.12-1483, Acervo fotográfico MHAB; Cidade Industrial Belo Horizonte e Contagem – Mannesmann, setembro de 1979, cavalaria da PM em frente à empresa.

Mana Coelho, MC.NEG.5.12-1544, Acervo fotográfico MHAB; Cidade Industrial Belo Horizonte e Contagem - Portaria da Belgo-Mineira ocupada pela polícia durante a greve, setembro de 1979.

### Fontes Orais - Entrevistas

COELHO, Maria Beatriz Ramos de Vasconcellos. Entrevista concedida a Tayara Lemos e Marina Camisasca. Plataforma *Google Meet*, 2 set. 2023.

COELHO, Maria Beatriz Ramos de Vasconcellos. Entrevista concedida a Manoela Bicalho, Otávio Lopes de Souza e Tayara Lemos, Plataforma *Google Meet*, 9 abr. 2024.



MIRANDA, Nilmário. Entrevista Concedida a Tayara Lemos e Marina Camisasca. Belo Horizonte, 16 mai. 2023.

MIRANDA, Nilmário. Entrevista concedida a Carolina Dellamore. Belo Horizonte, 28 de jun, 2016.

VIEIRA, José Antônio. Entrevista concedida a Carolina Dellamore. Belo Horizonte, Belo Horizonte, 28 de jun, 2016.

### **Sobre os autores**

#### **Tayara Lemos**

Professora Adjunta no Departamento de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares (UFJF-GV). Doutora e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado em Direito pela UFMG e pela UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo).

#### **Otávio Lopes de Souza.**

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus Governador Valadares (UFJF-GV), mestre e doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e advogado.

#### **Manoela Bicalho Martins de Carvalho**

Graduanda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.**

